

GEORGES FRIEDMANN e PIERRE NAVILLE

TRATADO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Com a colaboração de
JEAN-RENÉ TRÉANTON
e de

GEORGES BALANDIER, P.-H. CHOMBART DE LAUWE,
MICHEL CROZIER, YVES DELAMOTTE, JACQUES DOFNY,
JOFFRE DUMAZEDIER, JEAN FOURASTIÉ, JACQUELINE
FRISCH-GAUTHIER, JEAN-JACQUES GILLON, ALAIN
GIRARD, ROGER GIROD, MADELEINE GUILBERT, FRAN-
COIS-ANDRÉ ISAMBERT, VIVIANE ISAMBERT-JAMATI,
JACQUES JENNY, JACQUES LOBSTEIN, PAUL MERCIER,
BERNARD MOTTEZ, ROBERT PAGÈS, JEAN PORTE,
JEAN-DANIEL REYNAUD, PIERRE ROLLE, ALAIN TOU-
RAINE, JEAN-PAUL TRYSTRAM

Volume I

Tradução
de
OCTAVIO MENDES CAJADO



SBD-FFLCH-USP



272415



EDITORA CULTRIX
SÃO PAULO

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

"aptidões", não poderiam ser tratados neste capítulo. Contentemo-nos em constatar que nada nos autoriza a dizer que os imigrados se distinguem dos franceses no domínio das possibilidades profissionais.

Se encontramos os emigrados nos escalões mais baixos da hierarquia operária, a razão é porque, acima de tudo, a evolução da população francesa, seguindo os esquemas clássicos do deslizamento dos setores primários para os setores terciários, tornou-se uma população que já não aceita certas tarefas de trabalhadores manuais. Por outro lado, tal é a situação demográfica que se tornou indispensável uma ajuda à marcha da economia francesa; é normal, portanto, que ela recorra a emigrados e os escolha de tal modo que eles ocupem justamente os postos abandonados. Por via de regra, os emigrados provêm de regiões menos evoluídas, em que persiste uma classe importante de pessoas analfabetas ou de instrução muito elementar. Será inútil procurar outras explicações para a especialização dos emigrados nos ofícios mais subalternos.

Cabe aqui uma pergunta: qual será o futuro da emigração na França? Certos peritos prevêm, ainda hoje, enormes necessidades de mão-de-obra; ainda que mantenha o seu ritmo atual de desenvolvimento demográfico, a França, durante muito tempo, carecerá de homens. Mas as técnicas modernas, desenvolvendo a produção de massa nas fábricas em que as operações se tornarão mais automáticas, não permitirão porventura a um país como a França diminuir o número dos trabalhadores manuais de que necessita? Nesse caso, os imigrados dessas categorias, que são os mais numerosos, se tornariam inúteis; se ainda forem necessários homens, serão necessários especialistas. Ora, os países que até agora nos têm fornecido emigrados não terão, provavelmente, interesse algum em abrir mão dos seus especialistas, de que terão tanta precisão quanto nós.

Podemos, enfim, perguntar se a emigração dos estrangeiros para a França aproveita mais à França ou aos países estrangeiros. A facilidade de encontrar trabalhadores manuais vindos de fora não acarretará, talvez, certa preguiça, e a falta de mão-de-obra não seria, acaso, um agulhão melhor para a modernização de algumas indústrias francesas?

II. A DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

*Madeleine Guilbert
e Viviane Isambert-Jamati*

A distribuição da população ativa por sexo varia muitíssimo de uma nação moderna para outra. É que ela reflete, em inúmeros sen-

tidos, estados diferentes de evolução. E suscita igualmente por si mesma diversas questões essenciais relativas ao trabalho das mulheres.

No intuito de destacar êsses problemas, apresentaremos sucessivamente os dados franceses em relação ao conjunto da população ativa e, em seguida, particularmente, em relação à mão-de-obra feminina, às mulheres que trabalham, aos trabalhos que elas realizam e ao sentido em que evolui a atividade feminina.

A. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Antes de indicar cifras de população ativa por sexo, impõem-se algumas considerações: essas cifras comportam, principalmente para as mulheres, uma margem de incerteza que dificulta não só o estudo da evolução histórica da distribuição, mas também as comparações internacionais. A citada margem deve-se a diversos elementos:

1.º Quando se trata de agricultura, o critério da atividade profissional é difícil de determinar, de sorte que termos semelhantes não têm a mesma extensão nos recenseamentos dos diversos países, nem, às vezes, nos sucessivos recenseamentos do mesmo país. Na França, por exemplo, depois de haver por muito tempo definido amplamente a população feminina ativa na agricultura (incluindo nela tôdas as mulheres de agricultores que não declarassem exercer uma atividade não-agrícola), o I.N.S.E.E. decidiu restringir a definição: a partir do recenseamento de 1954, só são consideradas integrantes da população ativa as mulheres que se dizem explicitamente "agricultoras". Na prática, nenhum dos dois critérios traduz com exatidão a realidade: nem sempre as mulheres de agricultores que participam efetivamente, embora em regime de tempo parcial, do trato da propriedade familiar, se declaram "agricultoras" e não "donas de casa", sobretudo porque as tarefas do lar e as da propriedade agrícola são, às vezes, dificilmente dissociáveis; inversamente, é possível que mulheres que só trabalham na propriedade em determinadas temporadas se declarem "agricultoras" se o recenseamento ocorrer durante um período de trabalho. Nada nos autoriza a pensar que essas duas fontes de erro se compensem mutuamente. Por isso mesmo a apreciação das cifras relativas à população agrícola feminina exige grande circunspeção.

2.º No tocante à população ativa feminina não-agrícola pode manifestar-se um fator da mesma ordem, que interessa, porém, uma fração provavelmente mais reduzida dessa população, pois a maioria das mulheres da indústria e do comércio trabalha em regime de tempo integral. Em princípio, toda pessoa que declara exercer uma atividade remunerada ou estar procurando trabalho é incluída na população ativa. Na realidade, contudo, nem tôdas as que exercem uma atividade de tempo parcial o declaram. Ora, êsse gênero de trabalho é quase

unicamente feito por mulheres: são, sobretudo, tarefas domésticas ou de atendimento, cuja definição como atividade profissional é incerta.

Existem, por outro lado (e também com maior frequência para as mulheres do que para os homens) trabalhos sazonais na indústria e no comércio. Uma mulher que trabalha dois meses por ano deve ser incluída na população ativa? Essas atividades sazonais estão sujeitas a interrupções, quando um grupo de mão-de-obra substitui outro: elas se exercem principalmente no verão (fábricas de conservas, hotéis) e na época das festas de fim de ano (fabricações diversas, comércio), de modo que é muito possível que escapem aos recenseamentos.

3.º Além da dificuldade de definição ligada ao caráter parcial ou temporário da atividade, a existência do trabalho negro também incide sobre as cifras dos recenseamentos: algumas mulheres ativas (sobretudo em regime de tempo parcial, embora não unicamente) têm interesse em declarar-se "inativas" perante a Segurança Social para fazer jus ao abono de salário único. Quando salariadas, fazem-no com a conivência dos empregadores, que assim evitam os encargos sociais e reduzem os seus gastos. As mesmas mulheres, provavelmente, não declaram a sua atividade por ocasião dos recenseamentos.

Ao assinalar tantas dificuldades de contagem, já estamos sugerindo uma das características reais do emprêgo feminino: a descontinuidade no tempo. A essa descontinuidade, causa de incerteza, e até de erro, nas comparações, vem juntar-se outra, de que falaremos mais adiante: a descontinuidade da própria vida de trabalho. No caso de muitas mulheres (e excepcionalmente no caso de homens, quando sobrevém uma enfermidade prolongada) os períodos de atividade profissional alternam com períodos de inatividade. Claro está que esse fenômeno não repercute sobre a validade das cifras, visto que os recenseamentos incidem sobre a população ativa ou inativa no momento.

B. DADOS GLOBAIS SOBRE A POPULAÇÃO ATIVA FEMININA

A população ativa da França, a 10 de maio de 1954, contava 6 646 000 mulheres, ou seja, 34,4% da população ativa total; quanto à população ativa não-agrícola, esta perfazia 4 832 000 mulheres, isto é, 34,1% (I.N.S.E.E., 1956). Como evoluíram êsses algarismos de um século para cá? O primeiro recenseamento cujas cifras são fidedignas nesse sentido é o de 1866, quando se recensearam 4 643 000 mulheres ativas (30% da população ativa) das quais 2 768 000 fora da agricultura. Quarenta anos depois, em 1906, e contando apenas os 87 departamentos franceses de então, os efetivos haviam aumentado consideravelmente, pois atingiam 7 628 000 mulheres ativas ao todo

(37% da população ativa) das quais 4 229 000 fora da agricultura. A partir desse momento, sofreram variações de menor monta, compreendendo um pequeno aumento provisório no decurso das duas guerras, sensível nos recenseamentos imediatamente consecutivos (1921 e 1946), e certa compressão em período de desemprego (1936, logo após a crise). Só a população feminina agrícola pareceu haver diminuído substancialmente entre 1946 e 1954, visto que passou de 3 263 000 para 1 819 000, mas a diferença aparente se explica sobretudo pela modificação do critério censitário de que falamos. Eis por que, em lugar de ultrapassar largamente os 7 milhões, como não deixara de fazê-lo desde 1906, a população ativa feminina total em 1954 era apenas de 6 527 000, tendo diminuído de maneira notável, ao mesmo tempo, a percentagem de mulheres na população ativa.

Encontram-se igualmente dificuldades de definição quando se procura comparar a participação das mulheres na vida profissional na França e em outros países. Ao indicar ao Departamento Internacional do Trabalho os números da sua população ativa, a maioria dos países, com efeito, não precisa os critérios pelos quais a pessoa se classifica como "ativa". A definição hoje utilizada na França é, por certo, a mais restritiva possível; ora, a proporção de 34% de mulheres na população ativa total é uma das mais elevadas do mundo. Entre os países que aderiram ao Departamento Internacional do Trabalho (*Annuaire des Statistiques du travail*, B.I.T., 1959), somente o Japão, com 41%, a Finlândia com 40% e a Alemanha Federal com 36% parecem ter, proporcionalmente, maior número de mulheres ativas do que a França em 1954. Sabe-se que o Japão e a Alemanha são países vigorosamente industrializados, mas o seu modo de utilização da mão-de-obra feminina não é o mesmo: se o trabalho na fábrica é muito frequente na Alemanha, subsiste no Japão avultada proporção de trabalhadoras a domicílio. Quanto às cifras finlandesas, estas são postas em dúvida pelos próprios especialistas finlandeses, segundo os quais as declarações seriam desvirtuadas por considerações de prestígio pessoal. Em comparação, países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos apresentam uma percentagem inferior à francesa, com 31% e 27%, respectivamente, de mulheres na população ativa. A Bélgica e os Países-Baixos têm apenas 25% e 21%; na Espanha, no Brasil, na Argentina, nações pouco industrializadas, a proporção oscila entre 15 e 20%. Entretanto, a evolução não segue o mesmo sentido em toda a parte: se o trabalho das mulheres progrediu rapidamente nos Estados Unidos, está diminuindo, em compensação, em alguns países em que a legislação do trabalho incita os empregadores a substituí-las por homens.

C. AS TAXAS DE ATIVIDADE

Ao lado do estudo da composição por sexo da população ativa, é interessante estudar as taxas de atividade das diferentes categorias de população, que fornecem elementos mais diretamente comparáveis:

trata-se, nesse caso, de determinar, em cada categoria, a percentagem de pessoas ativas (I.N.S.E.E., 1956).

A taxa de atividade que se leva mais em conta é calculada sobre o conjunto da população de mais de 14 anos de cada sexo: 60,9% para os homens e 29,9% para as mulheres. No tocante à população com idade legal para trabalhar, isto é, de 14 a 65 anos, as cifras são de 85,5% para os homens e 44,1% para as mulheres; e 42,9% só nas "famílias não-agrícolas" (isto é, famílias cujo chefe não vive da agricultura).

De resto, a taxa de atividade das mulheres, mesmo nas famílias não-agrícolas, varia muito conforme a região. Num departamento como o Mosela, não passa de 22%, ao passo que no Sena chega a 58%. De uma grande aglomeração a outra, as diferenças são igualmente notáveis: no Havre e em Metz, a taxa é apenas de 34%, sendo de 62% em Paris e de 63% em Troyes. Essas taxas dependem, evidentemente, do tipo de economia da aglomeração; e mostram também até que ponto o trabalho feminino é um fenômeno compressível e extensível.

A noção de taxa de atividade, porém, só nos interessará realmente quando estudarmos as suas variações de acordo com a idade e a situação de família.

D. EM QUE IDADE TRABALHAM AS MULHERES?

Como seria de esperar, a proporção de mulheres na população ativa não é uniforme em todas as faixas de idade (I.N.S.E.E., 1956). Se tomarmos faixas bem largas, teremos as seguintes diferenças:

População ativa de menos de 25 anos	42,6% de mulheres
População ativa de 25 a 54 anos	31,2% de mulheres
População ativa de 55 anos e mais	38,5% de mulheres

Se a queda da percentagem de mulheres depois dos 25 anos se explica muito facilmente pela diminuição da taxa de atividade na idade do casamento e das maternidades, o novo aumento da percentagem após os 55 anos não se relaciona unicamente com a volta ao trabalho depois dos anos de educação dos filhos: não só em virtude das baixas masculinas na Primeira Guerra Mundial, mas também em razão da supermortalidade masculina, a proporção das mulheres na população total é nitidamente maior a partir de 55 anos. A distribuição, por idade, da população feminina ativa, conquanto muito diferente da distribuição da população feminina total de 15 anos e mais, sofre a influência de alguns casos característicos.

Ela varia de acôrdo com as profissões, até nas atividades salarizadas urbanas: a população de empregadas se compõe, em grande parte, de mulheres jovens (59,7% dentre elas têm menos de 35 anos, em comparação com apenas 46,8% das operárias), ao passo que a população de operárias compreende um número apreciável de mulheres idosas (18,7% têm mais de 55 anos, em confronto com apenas 9,8% das empregadas). A mesma diferença é muito menos nítida entre os homens, visto que somente 42,7% dos homens empregados têm menos de 35 anos, e 15,4% têm mais de 55. Elementos de formação profissional desempenham, de certo, um papel importante na explicação dessa diferença: as môças que se destinam aos ofícios de escritório contentam-se, na maioria, com um rápido curso de datilografia e começam a trabalhar cedo, ao passo que os rapazes se dirigem mais amiúde para empregos de dirigentes administrativos. Quanto às mulheres dos ofícios agrícolas, estas manifestam uma tendência menos pronunciada para largar a atividade profissional no momento da educação dos filhos; por outro lado, mantêm-se no trabalho até mais tarde, visto que 26,8% dentre elas têm mais de 55 anos.

Ao considerar as *taxas de atividade* por faixas de idade, voltamos a topar com algumas observações já feitas. Esta visto que a taxa de atividade das mulheres, em tôdas as faixas de idade, é inferior à dos homens. Mas a diferença só é menor na população mais jovem, por ocasião da maturidade. Observemos que o ligeiro aumento feminino, acima dos 40 anos, se refere sobretudo à população não-agrícola; traduz estruturas de idade muito diferentes de acôrdo com os ramos de atividade. Naville (1954) nota que, afinal de contas, é difícil explicá-lo.

E. A SITUAÇÃO FAMILIAL

1. O ESTADO MATRIMONIAL

Como seria de esperar, a distribuição dos homens ativos e das mulheres ativas segundo o estado matrimonial é claramente diferente (I.N.S.E.E., 1956). Os homens casados constituem a grande maioria (69,2%) dos homens ativos e as casadas, menos da metade das mulheres ativas (48,9%). Na população ativa não-agrícola, a diferença é ainda mais considerável: 72,3% dos homens e 44,2% das mulheres são casados. Assim, a população ativa feminina não-agrícola compreende 39,2% de solteiras, 12,1% de viúvas e 4,1% de divorciadas. As nossas observações precedentes sôbre a importância das categorias jovens e relativamente idosas da população ativa feminina aqui se confirmam, uma vez que 50% das solteiras ativas têm menos de 25 anos e 58% das viúvas têm mais de 55 anos. Observemos que, na idade legal, a distribuição por estado matrimonial se equivale nas

TABELA 7-8

Taxa de atividade por faixas de idade, segundo o sexo

<i>Idade</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
14 anos	25	15
15 anos	43	31
16 anos	57	40
17 anos	68	51
18 anos	78	59
19 anos	85	64
15-19	66	49
20-24	97	55
25-29	97	41
30-34	97	38
35-39	97	40
40-44	97	45
45-49	96	47
50-54	94	46
55-59	82	42
60-64	68	33
65-69	49	20

diversas categorias profissionais, sobretudo entre as operárias e empregadas.

A taxa de atividade das mulheres casadas, portanto, é muito inferior à do conjunto das mulheres: (33,4% em lugar de 44,1%) para a faixa de idade de 14 a 64 anos. De resto, e como seria de supor, entre as mulheres casadas se produzem as principais flutuações da taxa de acordo com a idade. Ao passo que a taxa das solteiras se estabiliza, até os 55 anos, em torno de 75%, as casadas apresentam notável diminuição entre 25 e 34 anos: a taxa é de 35,8% entre 20 e 24 anos, e de 31,2% entre 25 e 34 anos. Em compensação, depois dos 35 anos, volta a subir, passando a 39% entre 45 e 54 anos.

2. O NÚMERO DE FILHOS

Como os dados do recenseamento de 1954 ainda não são utilizáveis no que concerne à composição das famílias, apresentamos aqui os de 1946, data em que, não o esqueçamos, a noção de "pessoa ativa" era mais ampla do que nas demais cifras apresentadas.

Sabendo que, no total das mulheres de 14 a 64 anos, se contavam 67,5% de mulheres sem filho menor de 16 anos, 16,6% de mulheres com um filho, 8,8% com 2 filhos e 7,1% com 3 filhos ou mais, constata-se que a distribuição das mulheres ativas das mesmas idades é pouquíssimo diferente: 73,7% não têm filho menor de 16 anos, 13,9% têm 1 filho, 6,3% têm 2 filhos e 4,7% têm três filhos ou

mais. Só a população ativa não-agrícola apresenta uma proporção de mulheres sem filho pronunciadamente superior (79%) e uma proporção de mulheres com família numerosa acentuadamente inferior: 2,1% têm 3 filhos, ou mais.

A taxa de atividade, que diminui de maneira considerável quando as mulheres têm um filho, baixa ainda mais quando elas têm 2. Acima disso, permanece assaz estável. Na população não-agrícola, em que a questão é particularmente interessante porque o trabalho se efetua quase sempre fora do lar, encontravam-se, em 1946, as taxas seguintes: 36,6% para as mulheres com 1 filho, 24,9% para as mulheres com 2 filhos, 18,2% para as mulheres com 3 filhos, e 12,3% para as mulheres com 4 filhos ou mais. Quando se apresenta de maneira aguda o problema dos cuidados e da educação dos filhos, a frequência da atividade profissional das mães diminui, portanto, regularmente, com o número de filhos.

No que respeita às mães de família, a atitude das mulheres nas profissões varia muitíssimo de acordo com o nível profissional atingido. Compreende-se facilmente que uma mulher abandone um emprego mal remunerado quando o abono de salário único quase a compensa do que ela deixa de ganhar. E ela o deixará com maior facilidade ainda porque o emprego mal remunerado comporta, o mais das vezes, poucas responsabilidades e suscita escasso interesse da parte do trabalhador. O caso muda de figura quando a mulher pode pretender um emprego melhor remunerado e mais interessante. Apreenderemos melhor os diversos aspectos dessa questão quando examinarmos os setores econômicos para os quais se orientam as mulheres e o gênero de trabalho que elas executam.

F. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS DIFERENTES RAMOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

1. AS MULHERES NAS PROFISSÕES AGRÍCOLAS

Em 1954, 1 814 000 mulheres declararam expressamente exercer uma profissão agrícola e, em consequência disso, foram recenseadas como ativas nesse setor (I.N.S.E.E., 1958). Elas representam 35% da população ativa na agricultura.

Se se comparar com a dos homens a distribuição das mulheres de acordo com o seu *status* na profissão (I.N.S.E.E., 1958), não parece que convenha emprestar grande significação ao grupo dos "assistentes familiares" (1 366 000 mulheres assim designadas, em confronto com 697 000 homens). No caso da agricultura, mais ainda do que no dos outros ramos, essa denominação abrange *status* na realidade muito diferentes. Em compensação, releva constatar que os salarizados agrícolas representam 9% da população feminina ativa na agricultura

TABELA 7-9

População ativa não-agrícola por sexos, categoria socioprofissional e status (em milhares)

Categoria socioprofissional	Patrões		Assistentes familiares		Salariados		Sem emprego		Conjunto	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Patrões da indústria e do comércio	1 344,7	503,4	95,5	352,2	—	—	—	—	1 440,3	855,5
Profissões liberais e dirigentes superiores	103,2	12,1	1,2	6,2	373,1	54,4	3,0	0,9	480,6	73,6
Dirigentes médios	10,5	16,5	0,2	0,8	691	405,1	9,7	5,7	711,4	428,1
Empregados	—	—	—	—	972,3	1 048,5	14,0	43,7	986,2	1 092,2
Operários	—	—	—	—	4 851,8	1 414,4	137,6	61,3	4 989,4	1 475,6
Pessoal de serviço	16,2	7,6	0,1	0,3	173,5	753,4	7,6	24,9	197,5	786,3
Outras categorias	62,5	104,7	0,1	0,3	310,4	14,0	2,1	1,9	377,8	121,2
TOTAL	1 539,9	644,3	97,2	359,8	7 372,1	3 689,9	174,0	138,4	9 183,2	4 832,6

e 29% da população masculina. Recordemos, contudo, que o caráter estritamente sazonal da atividade salariada de certas mulheres na agricultura e o fato de não se achar a maioria inscrita na Segurança Social podem incitá-las, mais freqüentemente do que as "patroas" ou as "assistentes familiares", a desvirtuarem a sua declaração de recenseamento.

O trabalho das mulheres na agricultura constitui, para a Sociologia do trabalho, vasto domínio de pesquisas, até agora pouquíssimo explorado. A simples enumeração dos trabalhos havidos por femininos já apresentaria seguro interesse. Raras são as regiões em que a mulher participa, na mesma qualidade do homem, da lida dos campos. Na maior parte das vezes, a presença das mulheres se limita aos períodos em que o trabalho urge (semeaduras, colheitas); assim mesmo, os encargos confiados às mulheres são, quase sempre, diferentes dos trabalhos masculinos. Quase sempre, a mulher assume as responsabilidades materiais e financeiras de um setor bem definido: os cuidados da criação e do gado, o fabrico e a venda dos produtos do leite lhe são, o mais das vezes, exclusivamente reservados. As diferenças que se podem observar entre uma região e outra, diferenças que conviria, sem dúvida, cotejar com os caracteres da produção e dos modos de exploração, não estão provávelmente desvinculados das estruturas familiares. A sua influência sobre o *status* da mulher nas famílias camponesas mereceria ser estudado. Da mesma forma, certas transformações recentes no equipamento e nos métodos de trabalho das propriedades agrícolas tiveram o condão de modificar a gama dos trabalhos femininos; elas talvez constituíssem objeto de observações interessantes.

2. A MULHER NAS PROFISSÕES NÃO-AGRÍCOLAS

a. O status. A categoria socioprofissional

Lembre-mo-nos de que, nas profissões não-agrícolas, o recenseamento de 1954 contou 4 832 000 mulheres. Se examinarmos, em primeiro lugar, a sua distribuição de acôrdo com o *status* na profissão, o cotejo entre homens e mulheres, mais uma vez, será dificultado pela existência do grupo dos "assistentes familiares". A importância absoluta e relativa dessa categoria, nesse caso, é menor do que nas atividades agrícolas; entretanto, mais de 350 000 mulheres e 95 000 homens foram classificados como assistentes familiares ao lado dos patrões da indústria e do comércio. Certos autores os incluem entre os patrões e são, assim, induzidos a afirmar que esse grupo é mais importante na população ativa feminina do que na população masculina. Na realidade, alguns assistentes familiares são comparáveis aos patrões, outros

aos salarizados, e dificilmente poderemos dispô-los, em bloco, num ou noutro grupo.

No grupo dos patrões propriamente ditos, que também está longe de ser homogêneo, pois compreende, ao mesmo tempo, independentes e empregadores, encontram-se 16,8% dos homens ativos nas profissões não-agrícolas e 13,3% das mulheres. Se examinarmos à parte o subgrupo dos patrões da indústria e do comércio, incontestavelmente o mais importante, verificaremos que mais de três quartos das mulheres desse grupo pertencem à categoria dos pequenos comerciantes, em contraste com um pouco mais de 41% dos homens. O contingente dos artesãos, o dos industriais e o dos grandes comerciantes, proporcionalmente, é muito maior entre os homens do que entre as mulheres.

Quanto ao grupo dos salarizados, este justifica alguns reparos preliminares. A margem de incerteza cuja existência assinalamos a propósito do recenseamento da população feminina ativa não-agrícola (a importância, nessa população, dos trabalhos sazonais, dos trabalhos em regime de tempo parcial e sobretudo dos trabalhos não declarados) nos autoriza a pensar que o número de mulheres ativas, na realidade, é superior às cifras indicadas pelo recenseamento e que a diferença incide essencialmente sobre as salarizadas. Não nos seria possível, contudo, precisar-lhe a proporção. É mister, portanto, que nos atenhamos a essas cifras. De acordo com elas, o grupo dos salarizados compreende 76% da população feminina ativa não-agrícola (em confronto com 81% dos homens). Em 1906, a proporção era apenas de 60%. Constata-se, no seio da população masculina, um movimento de sentido análogo, porém muito menos acentuado. Esse importante aumento da percentagem de salarizados entre as mulheres deve, sem dúvida, cotejar-se com a maciça diminuição do número das pequenas patroas no trabalho dos tecidos e dos têxteis.

No grupo dos salarizados, é interessante confrontar a distribuição dos homens e das mulheres segundo a categoria socioprofissional. Observe-se que a categoria dos empregados compreende 13,3% dos homens salarizados e 29,6% das mulheres, ao passo que a dos operários compreende 67,6% dos homens e 39,9% das mulheres salarizadas. Evolução importante dessa distribuição, à qual teremos de voltar, visto que está ligada à evolução da distribuição por ramos profissionais, ocorreu na população feminina ativa, em que se contavam, em 1906, mais de 3 operárias para 1 empregada. No mesmo período de tempo, a distribuição da população masculina manifestava variações de idêntico sentido, porém de muito menor amplitude.

Pelo próprio fato de serem muito heterogêneas, as outras grandes categorias socioprofissionais estabelecidas pelo I.N.S.E.E.

para a análise do recenseamento de 1954, oferecem menor interesse à comparação das populações ativas masculinas e femininas. Encarada globalmente, a representação das mulheres na categoria dos dirigentes médios parece relativamente importante (9% das mulheres ativas em confronto com 8% dos homens); entretanto, essa categoria compreende, de um lado, os professores primários, entre os quais se contam 66% de mulheres no setor público e 71% no setor privado e, por outro lado, os dirigentes médios e administrativos, que incluem, em compensação, pequena percentagem feminina. Da mesma forma, a classificação dos professores na categoria das "profissões liberais" e "dirigentes superiores" mascara, em parte, a limitada participação das mulheres nas profissões liberais (14%) e a sua presença reduzidíssima (8%) entre os dirigentes administrativos superiores.

b. Os ramos de atividade coletiva

É difícil estudar, em sua forma atual, a distribuição da população feminina ativa nos diferentes ramos de atividade coletiva e de compará-la com a distribuição da população masculina, sem evocar, pelo menos em suas linhas gerais, as mudanças sobrevindas no curso dos últimos 50 anos. Em 100 homens da população ativa não-agrícola se encontravam, em 1906, 59 nas profissões industriais e 19 nas profissões comerciais. Em 1954, a distribuição é mais ou menos a mesma. Em 100 mulheres ativas em 1906, 49 pertenciam às profissões industriais e 20 às profissões comerciais; em 1954, não se encontram mais do que 36,5 nas profissões industriais e 28 nas profissões comerciais. *Por conseguinte, o movimento de transferência das atividades do setor secundário para o terciário interessou particularmente a população feminina.* Observa-se, paralelamente, no correr do mesmo período, diminuição em cifras absolutas e em percentagens dos efetivos femininos na indústria (34% do pessoal total em 1906, 24% em 1954) e progressão nas profissões comerciais (39% em 1906, 44% em 1954) e nos serviços públicos.

A que se devem atribuir essas tendências próprias da população feminina ativa no curso dos últimos 50 anos? O desenvolvimento da instrução feminina, principalmente no plano do ensino primário, superior e técnico, propiciou às mulheres o acesso a empregos que, por outro lado, se multiplicavam. Ao mesmo tempo, a regulamentação do trabalho das mulheres, que lhes tornava a utilização menos rentável para os empregadores, e certas transformações das técnicas de trabalho, podiam contribuir para diminuir o recurso à mão-de-obra feminina na indústria. É preciso ver também, sem dúvida, nessa evolução a manifestação de uma preferência das mulheres por empregos menos penosos, mais asseados, pela ambiência das lojas e escritórios. A diferença de idade há pouco assinalada entre as populações de empregadas e operárias confirma esta observação: a mão-de-obra jovem, que tem

maiores facilidades para encontrar trabalho, se dirige de preferência aos empregos do comércio e escritórios.

Teríamos, porém, uma falsa idéia da evolução dos efetivos femininos na indústria se nos limitássemos a encarar globalmente o conjunto dos ramos industriais. Na verdade, a diminuição da participação da mão-de-obra feminina manifestou-se sobretudo na indústria têxtil e nas confecções, paralelamente com uma diminuição maciça dos efetivos globais. Em compensação, no trabalho dos metais, nas indústrias alimentícias, nas indústrias de couros e peles, e, de um modo geral, *nos ramos em vias de expansão numérica*, a mão-de-obra feminina progrediu em número e em percentagem.

Seria preciso esmiuçar melhor as condições próprias de cada ramo para explicar essa dupla evolução, cujos fatores são múltiplos e complexos. Na indústria têxtil, por exemplo, razões de ordem técnica, ligadas às transformações ocorridas em certos postos de trabalho, constituem o fator essencial de explicação: estas, entretanto, nem sempre bastam a elucidar o recuo da mão-de-obra feminina. Nas indústrias dos metais, a ascensão das mulheres está ligada, em grande parte, ao desenvolvimento de certos ramos e notadamente das indústrias radioelétricas, grandes utilizadoras da mão-de-obra feminina. Seria preciso analisar igualmente as conseqüências da guerra de 1914-1918, durante a qual a ausência da mão-de-obra masculina franqueou às mulheres certo número de empregos.

Embora os algarismos não tenham incidência importante sobre a distribuição de conjunto da população feminina ativa, convém assinalar uma progressão das mulheres nas profissões liberais (Guilbert, 1947). O número de mulheres que exercem a profissão médica passa de 573 em 1906 para 3 140 em 1954; durante o mesmo período, o número de mulheres advogadas passa de 37 a 700. A abertura, para as mulheres, de carreiras que até então lhes eram defesas (a da magistratura, em 1946, por exemplo), a sua admissão em algumas grandes escolas, são igualmente fatos novos, nos quais é preciso ver a conseqüência de certo desenvolvimento da concepção do papel das mulheres na sociedade. Mas mesmo em se tratando de mulheres munidas dos diplomas necessários, certas carreiras ou certos postos continuam a ser, praticamente, inacessíveis a elas. Quanto à proporção das mulheres no ensino, que sempre foi considerável (49% em 1906 no ensino público), esta aumentou marcadamente, visto que atinge hoje 66%. Ida Berger (1959), numa série de trabalhos, está estudando atualmente as razões dessa progressão.

Tal e qual se apresenta, de acôrdo com os números do recenseamento de 1954, a participação das mulheres nos principais ramos das atividades não-agrícolas nos impõe algumas observações prelimi-

la
i-
o
il
is
s-
l,
a

a
l-
is
:
r-
is
e
s
-
a
o

nares. As ressalvas que se podem fazer quanto ao valor dos dados estatísticos relativos à distribuição da mão-de-obra entre as diferentes atividades coletivas são, sem dúvida, particularmente válidas para a mão-de-obra feminina. Poderíamos perguntar, em particular, se a percentagem das mulheres nas atividades industriais não é falsada pelo grande número de mulheres ocupadas, na indústria, em empregos de escritório. As estatísticas derivadas das pesquisas trimestrais do Ministério do Trabalho confirmam, todavia, que a proporção das mulheres entre o pessoal operário é sensivelmente a mesma que entre o pessoal total, em que a sua pequena representação na categoria dos dirigentes é compensada pela sua grande representação na categoria dos empregados.

Os dados da tabela 7-10 revelam pronunciada predominância das mulheres em certos ramos (vestuário, serviços domésticos). Essas atividades, tidas por tipicamente femininas, não deixam de ter ligação com as ocupações tradicionais das mulheres na família e comportam, não raro, certa flexibilidade de horário. Entretanto, dados tão globais como os que aqui reproduzimos não bastam para apreciar a participação das mulheres nos diversos ramos de atividade. Penetrando mais fundo nos pormenores das atividades coletivas, poderíamos atentar ainda para variações consideráveis. Embora a percentagem das mulheres no conjunto das indústrias dos metais, por exemplo, seja de 15,8%, atinge 41% na fabricação de pequenos artigos metálicos, 31% nas construções elétricas (64% só na fabricação de lâmpadas elétricas). Do mesmo modo, a percentagem das mulheres difere quando se examina a indústria da seda (64%), do algodão (57%) ou da lã (48%) (I.N.S.E.E., 1956). Observa-se, de fato, nos diferentes ramos, a existência de setores em que predominam as mulheres e de empregos mais particularmente confiados a elas.

G. OS EMPREGOS FEMININOS

Os empregos femininos se distinguem dos masculinos, em primeiro lugar, pela estrutura de qualificação. As diferenças já avultam nos empregos de escritório: as estatísticas estabelecidas a partir da pesquisa trimestral do Ministério do Trabalho (mais válidas, sem dúvida, do que as que se puderam extrair das declarações individuais por ocasião do recenseamento) nos dão notícia, por exemplo, de que, em 1957, no conjunto das atividades comerciais e liberais, a proporção das mulheres entre os secretários estenodatilógrafos (89%) é muito maior do que entre os caixas e contadores (48%).

As diferenças são ainda mais sensíveis nas profissões industriais. No conjunto das indústrias de transformação, a percentagem de mulheres entre os dirigentes atinge 9% entre os dirigentes administrativos

e comerciais, menos de 2% entre os engenheiros, 7% entre os agentes de chefia, um pouco mais de 5% entre os técnicos; em relação ao pessoal operário, 5% na mão-de-obra altamente qualificada, 15% na mão-de-obra qualificada; mas, em compensação, 35% entre os operários especializados, 26% entre os trabalhadores manuais especializados e 44% entre os trabalhadores manuais comuns. O exame desses números em relação aos diferentes setores da atividade industrial revela, além disso, que, até nos ramos de maioria feminina, a proporção das mulheres nos empregos não qualificados é bem superior à que se verifica nos empregos qualificados.

TABELA 7-10

Evolução entre 1906 e 1954 da participação das mulheres em alguns ramos de atividade coletiva

Ramos	1906 (87 departamentos)		1954	
	Número de mulheres (milhares)	% de M no efetivo total do ramo	Número de mulheres (milhares)	% de M no efetivo total do ramo
<i>Em alta relativa:</i>				
Água, gás, eletricidade	1	2,38	16	11,8
Metalurgia, trabalho dos metais	39	4,2	293	15,2
Vidro, cerâmica, mate- riais de construção	20	10	32	18,1
Química, borracha	29	29,3	99	31,3
Indústrias alimentícias	79	18	168	31
Couros e peles	61	15,3	89	37,2
Madeira e móveis	23	9,7	32	13,4
Indústria poligráfica	24	20,7	54	32
Transmissões, transpor- tes, conservação e si- miliares	58	9,1	175	17,4
Comércio, hotéis, venda de bebidas	762	40,4	1 069	44,2
Bancos, seguros, tran- sações, finanças	62	27,5	200	46,2
Higiene, serviços do- mésticos	924	79	639	85,6
Serviços públicos civis	104	28	472	46,5
<i>Em baixa relativa:</i>				
Têxteis e similares	507	56,1	352	55,6
Vestuário e similares	1 138	89,3	370	81
Papel-papelão	30	44,1	39	37,9

Os dados de ordem estatística relativos ao grau de qualificação não bastam, todavia, para distinguir os postos de trabalho femininos

dos masculinos. No nível da mão-de-obra não-qualificada, particularmente, os postos confiados às mulheres, na maior parte das vezes, e ainda que seja igual a qualificação, diferenciam-se nitidamente dos que se cometem aos homens. Na verdade, somente uma série de estudos concretos poderia vir a destacar, nos diferentes ramos do emprego, uma noção de posto feminino. No setor industrial, por exemplo, os postos ocupados pelas mulheres não se distinguem apenas pela intensidade geralmente menor do esforço físico que elas devem despende, ou pela utilização de qualidades especificamente femininas, como a destreza ou a delicadeza do toque; parecem, em inúmeros casos, comportar um ciclo de trabalho mais curto, um ritmo mais rápido, uma ausência maior de variedade, de iniciativa, de responsabilidade, um caráter sedentário mais acentuado que os trabalhos masculinos correspondentes. Nesse gênero de postos, que necessitam, em regra, de um tempo de formação muito curto, a mão-de-obra feminina atinge um rendimento particularmente elevado. Por motivos sumamente complexos, alguns dos quais se relacionam, sem dúvida, com a multiplicidade das suas preocupações, as mulheres se acomodam mais facilmente que os homens a esses trabalhos monótonos, de caráter repetitivo. Mais diretamente interessadas pelo montante do seu ganho, são amiúde também mais estimuladas por certas formas de salários. Estatísticas publicadas pelo B.I.T. (*La rémunération au rendement*, Genebra, 1951) sobre as diversas modalidades de remuneração, algumas das quais tomam em consideração o sexo dos trabalhadores, indicam marcada predominância dos salários por rendimento nos postos femininos. As estatísticas que possuímos relativas à França são muito parciais, mas contam a mesma história (Guilbert, 1960). Tudo faz crer que a distinção entre postos masculinos e femininos, ao menos na indústria, repousa não só sobre diferenças de ordem física e psicotécnica, mas também sobre fatores mais propriamente psicológicos.

H. OS SALÁRIOS

Uma das razões essenciais do recurso maciço às mulheres nos diferentes empregos, e em especial na indústria, foi a possibilidade de persuadi-las a aceitarem salários mais baixos. No fim do século passado, o abatimento atingia, em se tratando de empregos iguais, mais de 40% do montante do salário masculino; isto prevalecia até nas administrações. Subsistiu no setor privado e, sobretudo, na indústria, assinalando flutuações; os períodos de recurso à mão-de-obra feminina — a guerra de 1914-1918, por exemplo — foram marcados por uma relativa elevação dos salários da mulher. Conquanto a portaria de julho de 1946 tenha consagrado o princípio da igualdade dos salários masculinos e femininos, observa-se ainda hoje, no nível dos salários realmente pagos, uma tendência constante de pagar menos às mulheres

do que aos homens. Segundo as estatísticas extraídas da pesquisa trimestral do Ministério do Trabalho, a diferença média, a 1 de janeiro de 1959, em igualdade de qualificação, era da ordem de 8 a 9% do salário masculino. A diferença é ainda maior em certos países que, não obstante, atingiram, como a França, um grau avançado de evolução industrial.

I. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES

A formação profissional das m^oças apresenta aspectos particulares relacionados com o fato de que inúmeras mulheres, que trabalham aos 19 e 20 anos, se retiram, alguns anos depois, da vida profissional, e de que, por outro lado, os ramos que as empregam se transformam rapidamente.

Em conclusão, assim como em tôdas as idades há menos mulheres do que homens no trabalho, há menos m^oças do que rapazes aprendendo um ofício. Mas as m^oças, um pouco mais freqüentemente do que os rapazes, recebem a formação profissional num estabelecimento de ensino: entre os aprendizes considerados parte integrante da população ativa, isto é, que aprendem o seu ofício no próprio local de trabalho, as m^oças não eram, em 1946 (o último ano a cujo respeito possuímos dados numéricos), mais do que 24%; ao passo que no ensino técnico oficial, elas totalizam 38% dos alunos. O número crescente de mulheres empregadas em escritório, que não podem fazer o seu aprendizado no local de trabalho, explica em parte essa diferença.

Entretanto, se entre 1860 e 1880, ou seja, desde que se instituiu a escola primária obrigatória para as m^oças, se envidaram esforços para abrir-lhes escolas profissionais, e se, a partir de então, êsses estabelecimentos tiveram um impulso considerável, a sua adaptação às formas reais de emprêgo da mão-de-obra feminina parece difícil de realizar-se. A série dos ofícios ensinados tende a identificar-se com a série dos ofícios femininos tradicionais. É o que acontece principalmente no domínio dos ofícios industriais: 22,6% das mulheres ativas nas indústrias de transformação trabalham ainda no vestuário, mas 92,2% das m^oças a que o ensino técnico ministra uma formação industrial aprendem um ofício ligado à indústria do vestuário. Em razão disso, se 18% da mão-de-obra industrial feminina trabalham nas indústrias dos metais, somente 0,8% das alunas do ensino técnico recebem uma formação que as prepara para o trabalho. A quase ausência das mulheres nos ofícios qualificados da mecânica persistirá necessariamente enquanto durar essa carência. Entretanto, recentes experiências, sôbre manifestarem o desejo dos organizadores do ensino técnico francês de se adaptarem a uma situação em evolução, revelam nesse domínio notáveis possibilidades para algumas jovens.

No que respeita aos ofícios de escritório, ao lado do ensino oficial que forma empregadas realmente qualificadas, inúmeros estabeleci-

mentos particulares proporcionam cursos rapidíssimos de estenodactilografia, cujo resultado é freqüentemente medíocre: as jovens que fazem tais cursos acabam engrossando logo as fileiras das datilógrafas, que se dirigirão finalmente para profissões não-qualificadas e mal remuneradas.

Essa demorada evolução da formação profissional diante de um emprego da mão-de-obra qualificada que se transforma celeremente não ocorre apenas na aprendizagem feminina. No caso das moças, entretanto, ela é reforçada pela incerteza da sua participação futura na atividade econômica. Muitas deixarão a vida profissional alguns anos depois de nela haverem ingressado, e essa perspectiva acarreta dificuldades tanto no nível das instituições (não se pode saber exatamente quantas moças devem ser formadas para se ter um número *n* de trabalhadoras qualificadas dez anos mais tarde), quanto no nível individual: a profissão é apenas um dos elementos do futuro possível da jovem.

Estribadas nessa idéia, inúmeras famílias e numerosos educadores empurram de boa mente as jovens para a aquisição das técnicas tradicionalmente femininas "que lhes servirão" em qualquer hipótese. Tais aprendizados, não raro, têm por único resultado fornecer uma mão-de-obra hábil, habituada ao trabalho preciso e consciencioso, para uma série de empresas de ramos inteiramente alheios ao vestuário: e muito embora não percebam salários de operárias qualificadas, as moças se voltam para tais empregos porque nêles, afinal, são menos mal pagas do que no ramo para o qual se prepararam. Na ocasião do casamento ou da maternidade, abandonarão de bom grado o trabalho, que não tem qualquer relação com a competência adquirida nem com as suas inclinações. Em compensação, sondagens efetuadas junto de jovens que aprenderam, no ensino técnico, ofícios mais remuneradores, nos autorizam a crer que elas propendem a conservar a sua atividade mesmo quando sobrevêm um ou dois filhos (Guilbert, Isambert-Jamati, 1958 *a*, 1958 *b*).

Percebe-se que a natureza e a qualidade da formação profissional influem não só no gênero de emprego e no salário que podem obter as trabalhadoras, mas também na continuidade da sua vida profissional. Nessa dupla qualidade, elas se apresentam como uma das questões principais dos problemas do trabalho feminino.

I. CONCLUSÃO

Pretendemos, neste capítulo consagrado ao emprego feminino, pôr em destaque os caracteres particulares da estrutura da mão-de-obra feminina, os aspectos próprios da sua distribuição conforme aos ramos

profissionais, conforme aos *status* profissionais, conforme aos postos de trabalho, e os aspectos originais da sua evolução nos últimos 50 anos. Ao fazê-lo, não tencionamos evocar todos os problemas suscitados pela presença das mulheres nas profissões. Estes são múltiplos: praticamente, nenhuma questão relevante da Sociologia do trabalho deixa de ter aspectos particulares atinentes à mão-de-obra feminina, que são abordados nos outros capítulos desta obra, razão pela qual aqui nos preocupamos sobretudo em reunir os elementos essenciais, que possam talvez servir de pontos de referência.

As diferenças de estrutura, distribuição e evolução, cujas linhas gerais tentamos destacar, suscitam certo número de problemas, que tornaremos a encontrar tôdas as vêzes em que se focalizar o trabalho feminino. Elas chamam a atenção, sobretudo, para a necessidade de ampla referência à sociedade global e ao lugar da mulher nessa sociedade, se se quiser apreender, em tôda a sua complexidade, a situação das mulheres no plano profissional (Guilbert, Isambert-Jamati, 1956). Nenhum elemento dessa situação mantém, com efeito, uma relação simples com os elementos de ordem econômica tomados em si mesmos: industrialização, solicitação de mão-de-obra, nível de pleno emprêgo, nível de vida da população. Outros elementos terão de ser considerados. Observamos, mais de uma vez, que as tarefas assumidas pelas mulheres no interior da família atuam manifesta e consideravelmente, sobretudo na determinação da estrutura da mão-de-obra feminina e das relações que ela mantém com a população feminina tomada em seu conjunto. Mas ao lado das tarefas materiais e educativas que incumbem tradicionalmente às mulheres, convém atentar para outros aspectos mais ideológicos da condição feminina. Por razões ligadas à persistência — até nos meios operários em que o trabalho das mulheres, há muito, é uma realidade — das representações associadas à partilha tradicional dos papéis no interior da família, o trabalho profissional, que se apresenta para o homem como função normal, só em número restrito de casos se apresenta adaptado à personalidade feminina. Conserva um caráter acessório e como que secundário. Essa maneira diferente de encarar o trabalho profissional das mulheres talvez explique certas abstenções da vida profissional, que não parecem ligadas a nenhum obstáculo de ordem material; ela deve também ser relacionada com a situação inferior da mão-de-obra feminina. Aduziram-se, para justificar tal situação, explicações relativas a diferenças de ordem fisiológica, a diferenças de aptidões e até a diferenças de comportamento, notadamente em matéria de assiduidade ao trabalho (Isambert-Jamati, 1960). O certo, contudo, é que a presença da grande maioria de mulheres nos empregos menos qualificados e, não raro, mais destituídos de interêsse, o nível relativamente baixo dos salários femininos, as possibilidades limitadas de formação

os
50
ci-
is:
no
a,
al
s,

is
ie
o
e
o
o
o

e ascensão profissional, encontram apoio na idéia de que o exercício de uma atividade profissional não oferece para a mulher senão um caráter secundário.

Por aí se vê o interesse que terá o sociólogo do trabalho em fazer intervir êsses diferentes elementos de explicação. Não lhe deverão esquecer, todavia, as estreitas relações que os citados elementos mantêm entre si, as inflexões que pode sofrer a concepção do papel da mulher de acôrdo com a solicitação de mão-de-obra, e as variações que se podem observar no comportamento das mulheres no plano profissional segundo a amplitude de qualificação que lhes é oferecido. As questões provocadas pelo trabalho feminino relacionam-se com realidades sociais diversas e freqüentemente em plena evolução, que será mister destacar com clareza se se quiser encarar em tôda a sua complexidade os problemas que êle suscita.

III. O TRABALHADOR E SUA IDADE

Jean-René Tréanton

Antes de completar os quarenta anos, a maioria dos trabalhadores estabiliza a sua carreira e escolhe um empregador e um ofício duráveis; mas o seu papel, as suas responsabilidades, o seu *status* na empresa continuam a sofrer alterações, muitas das quais se associam com a idade. O declínio mais ou menos rápido das aptidões físicas e psicológicas os obriga a reduzirem as cadências, a aliviarem os horários, a mudarem de pôsto ou de oficina. E conduz, mais ou menos depressa, a êsse acontecimento crucial, por vêzes dramático, que é a aposentadoria.

A curva da carreira varia de indivíduo para indivíduo, de ofício para ofício, de indústria para indústria. Quais são os pontos de semelhança que existem entre a vida de trabalho de um pequeno funcionário e a de um ciclista de competição, de um astro do cinema? De um lado, a ascensão lenta, mas contínua, na pior das hipóteses uma espécie de platô; o declínio, se chegar, nunca será brutal, nem profundo. De outro, a escalada repentina, a queda amiúde espetacular. Os edifícios industriais se situam entre os dois extremos, mas a revolução das técnicas e dos métodos acentua nêles o envelhecimento diferencial.

O alongamento da vida humana é o outro fato capital que justifica o progresso dos estudos gerontológicos e o seu nôvo atrativo para os economistas, psicólogos e sociólogos que se interessam pelos pro-